



CAIO PRADO JÚNIOR

•PAULICÉIA•

Coordenação Emir Sader

LINCOLN SECCO

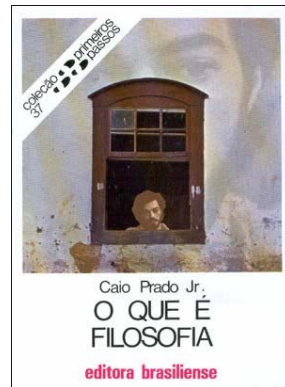
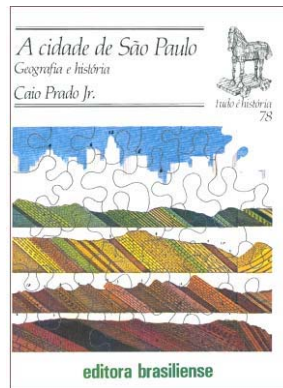
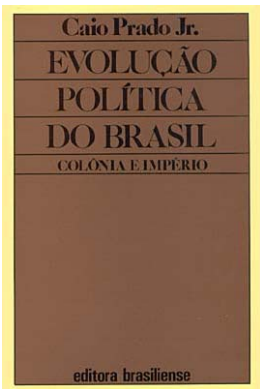
A imagem de São Paulo se modifica conforme as lentes que utilizamos. O sonhado e o real, o desejado e o rejeitado, o vivido e o simbolizado, o cantado e o pintado, o desvairado e o cotidiano – múltiplas facetas de uma cidade-país – são retratados nesta coleção. São quatro séries, que buscam montar um painel das infinitas visões paulistas: Retratos (perfis de personalidades que nasceram, viveram ou eternizaram suas obras em São Paulo), Memória (eventos políticos, sociais e culturais que tiveram importância no estado ou na capital), Letras (resgate de obras – sobretudo de ficção – de temática paulista, há muito esgotadas ou nunca publicadas em livro) e Trilhas (histórias dos bairros da capital ou de regiões do estado).

Para tanto, foram selecionados autores, fenômenos e espaços que permitam a nosso olhar atravessar o extenso caleidoscópio humano desta terra e tentar compreender, em sua rica diversidade e em toda sua teia de contradições, os mil tons e subtons da Paulicéia.

CAIO PRADO JÚNIOR

o sentido da revolução

BOITÊMPO
EDITORIAL



O historiador

A História estava no alfa e no ômega do seu pensamento. É por ela e com ela que ele pretendia entender como chegamos até aqui e o que era possível fazer a partir disso. Se já se nos afigurou evidente que Caio Prado Júnior sempre se manteve fiel ao seu partido, cabe recordar que ele nunca deixou de olhar a realidade brasileira com os próprios olhos. Entre uma teoria mal assimilada e a história, ficava com a segunda. Podemos resumir isso com uma feliz expressão: a “fidelidade à história”¹.

A obra de Caio Prado Júnior foi um marco da história do pensamento brasileiro. Ele fez parte daquela geração de 1930 que tentou explicar o Brasil como uma totalidade dotada de sentido². A forma dos escritos daquela geração era o ensaio. A disciplina que articulava o conhecimento do Brasil era a história. Os livros de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda

¹ V. L. Ferlini, “A fidelidade à história”, em D’Incao, *História Ideal*, cit.

² Sobre isso há vários artigos e intervenções de Antonio Candido. Ver também: C. G. Mota, *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, cit.

e Gilberto Freyre não tinham muitos estudos especializados sobre os quais se apoiar e baseavam-se em documentação primária, mas não em número tão amplo quanto seria possível depois. A partir dos anos 1950, quando as ciências sociais estavam institucionalizadas em São Paulo, o conhecimento se especializou, elaborava-se numa linguagem científica e renunciaram-se às grandes sínteses. Mesmo uma obra como *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, só foi possível graças às monografias especializadas dos seus alunos, mas ainda assim a síntese já se apresentava problemática na forma³. A ciência que articulava agora as interpretações do país era a sociologia. Ainda assim, a maioria dos trabalhos importantes era de sociologia diferencial (ou histórica).

Depois da ditadura militar, a universidade brasileira se massificou e a pós-graduação passou a ser uma máquina de reprodução de teses. A marca do período pós-ditatorial não é mais a especialização, e sim a fragmentação. Sínteses de nossa formação social e econômica passaram a ser apenas instrumentos de ensino didático⁴. É exatamente por isso que a obra do historiador Caio Prado Júnior sobreviveu ao tempo e continuou a despertar polêmicas apesar da aparente insuficiência de seus posteriores diagnósticos acerca da industrialização e de outros temas.

Na historiografia, a produção marxista de Caio Prado Júnior apareceu no bojo da superação das explicações tradicionais, produzidas no interior do Instituto Histórico e Geográfico Bra-

sileiro, ou assinadas por ilustres autores como Oliveira Vianna, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu.

Apesar disso, Capistrano de Abreu já era um pioneiro no estudo de novos temas como alimentação, festas, vestimentas, e reconstruiu a história de três séculos do Brasil colonial como uma processualidade, e não como simples amontoado de datas e feitos supostamente heróicos dos nossos antepassados. Aliás, a sua declarada intenção é colocar o *povo* no centro da construção da nacionalidade – “o povo durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado”, conforme disse numa carta ao historiador João Lúcio de Azevedo⁵. Sua ênfase no fim do século XVIII e no início do século XIX como janela explicativa para se conhecer a totalidade da vida colonial brasileira e suas perspectivas de futuro foi retomada por Caio Prado Júnior quando ele estruturou sua *Formação do Brasil contemporâneo*.

Mas seria nos anos 1930 que a publicação de *Evolução política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior; *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre; e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, revolucionariam os estudos históricos. Para Carlos Guilherme Mota são exemplos de um período em que predominaram o que Gramsci chamaria de *grandes intelectuais*, como o fora Croce na Itália⁶, embora Caio Prado Júnior não fosse um intelectual tradicional como os dois primeiros, e sim um intelectual orgânico do partido⁷.

³ A obra foi feita em parte na Academia e o restante já fora escrito, quando o autor foi aposentado compulsoriamente. A união de capítulos com ar de construção, *in flux*, inacabados, é uma marca da forma, e a escrita seguia os rígidos padrões da universidade.

⁴ Talvez a geografia crítica, representada por Milton Santos, tenha sido uma tentativa de síntese do Brasil integrado no mundo com base numa leitura do espaço como história (acumulação desigual de tempos, na definição dele). Mas tal leitura não gerou uma reação em cadeia nas diferentes disciplinas exatamente por causa da fragmentação aqui referida. Ver M. Santos, *A natureza do espaço* (São Paulo, Edusp, 2002).

⁵ Apud J. Honório Rodrigues, “Introdução”, em J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial* (São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988), p. 33.

⁶ C. G. Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, cit., p. 48.

⁷ Segundo Gramsci, “por intelectuais se deve entender não só as camadas comumente entendidas com esta denominação, mas em geral toda a massa social que exercita funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político” (em A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, (Torino, Einaudi, 1977, v. II, p. 37).

Quanto a Sérgio Buarque de Holanda, a relação sempre foi muito cordial. Com Gilberto Freyre era um pouco diferente. Caio Prado convidou Freyre em 1940 a participar de uma revista de História, mas o sociólogo pernambucano recusou⁸. No prefácio à sexta edição de *Casa-grande & senzala*, este se mostrou incomodado com o reconhecimento de ter sido Caio Prado Júnior o primeiro a caracterizar a economia brasileira como “monocultora, latifundiária e escravocrata”. Ele diz que tal caracterização, “antes de ser do historiador Caio Prado Júnior, como pretendem certos estudiosos do assunto, é nossa”⁹.

Ora, na primeira edição de *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Júnior já havia caracterizado a economia colonial a partir do “grande domínio rural”¹⁰ e do braço escravo¹¹. A questão não está na originalidade – ambos publicaram suas obras no mesmo ano – e sim nas divergências. Freyre concebia uma organização relativamente estabilizada¹² na Colônia enquanto Caio Prado falava em formas inorgânicas

O intelectual orgânico é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade e é elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico. Os intelectuais tradicionais são, por exemplo, os membros do clero e da Academia e, como os demais, podem tanto se vincular às classes dominadas quanto às dominantes.

⁸ P. T. Iumatti, *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*, cit., p. 45.

⁹ G. Freyre, *Casa-grande & senzala* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1961), t. 1, p. XCVIII.

¹⁰ C. Prado Júnior, *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira* (São Paulo, Revista dos Tribunais, 1933), p. 34.

¹¹ *Ibidem*, p. 28.

¹² Caio Prado via uma “sociedade extremamente heterogênea e instável” enquanto Freyre via “formas culturais e sociais estáveis”, segundo P. T. Iumatti (*Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*, cit., p. 45). O historiador marxista Eugene Genovese apoiou a tese de Freyre acerca do patriarcalismo, considerando-a com maior poder explicativo do que a visão de Caio Prado Júnior. Cf. V. Chacon, *A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração* (São Paulo, Marco Zero, 2001), p. 95.

de uma nação inconclusa. Em *Formação do Brasil contemporâneo* ele diz que Freyre “acentuou com tanto acerto” a “figura boa da ama negra”, não entendeu a diferença entre o negro e o escravo¹³. Confundem-se *naturalmente* na mesma pessoa, mas têm papéis *históricos* diferentes. O “escravo enche o cenário” (diz ele) e só permite que o negro apareça em poucas oportunidades. Se a escravidão garante um nexo social mínimo da Colônia, ela não chega obviamente a um plano superior de convivência humana. Numa frase Caio Prado Júnior sintetiza seu pensamento acerca do Brasil colonial: “A inorganização é a regra”.

A história de São Paulo

Como muitos da geração anterior, Caio Prado Júnior prestou grande atenção à história de São Paulo. Pensemos em Alcântara Machado, Affonso de Taunay e Paulo Prado, por exemplo. Mas, diferentemente deles, adentrou o campo dos estudos paulistas pela história geográfica e por textos que revelavam uma crítica da oligarquia à qual ele pertencia¹⁴.

Não podemos esquecer que fez parte da suposta ruptura de classe de Caio Prado Júnior o afastamento do universo de sensibilidades culturais das camadas dominantes paulistas. E tal universo era profundamente marcado, ainda nos anos 1930, pela sobrançeria do paulista velho, descendente dos bandeirantes e de figuras gradas do Império e da República. Em 1932, ele se afastou da mobilização constitucionalista porque, como o PCB, colocou-se em neutralidade, mas considerava que ain-

¹³ Voltaremos a este tema no capítulo “O historiador”.

¹⁴ Podemos ver isso no texto manuscrito intitulado “1937”, e, nos anos 1940, nos prefácios aos livros *A civilização do café* e *A Coluna Prestes*, em algumas páginas de *História econômica do Brasil* e em alguns discursos na Assembléia Constituinte paulista.

da nos anos 1940 havia certo “espírito paulista” bastante vivo nas elites, em contraste com o operariado, getulista. Assim, ele (Caio Prado Júnior) teria ficado com o povo em 1930 e lhe compreendia as razões do apoio ao Estado Novo, embora fizesse oposição àquele regime.

Suas relações afetivas e familiares com a cidade e o Estado de São Paulo, por intermédio de sua família, não podiam ser apagadas. Ele não deixou de aparecer em fotos nas festas de família, mesmo depois dos anos 1940 e, ainda nos anos 1930. Tudo isso nos leva de volta ao grau da ruptura de Caio Prado Júnior com sua classe social.

A cidade de São Paulo, mais do que qualquer outra da América Latina, passava por transformações rápidas e profundas que a tornavam um laboratório vivo de todas as experiências políticas, culturais e econômicas. E, certamente, era um objeto privilegiado da geografia humana que se institucionalizava na USP. Caio Prado Júnior viveu numa São Paulo marcada pelo desenvolvimento econômico, que se refletiu em vários aspectos: na ampliação da área urbana, na definição de um centro voltado para o comércio e as finanças, além daqueles relacionados à cultura material (moda, bares, cafés, teatros)¹⁵. A cidade era mais do que um tema de estudos. Apresentava aquela qualidade que ele dizia ser própria dos objetos dos historiadores brasileiros: um passado vivo que se transformava aos olhos do pesquisador.

Na mesma fase em que germinavam seus livros de história mais importantes, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, ele também se dedicava com afinco a aplicar seus conhecimentos de geografia humana, adquiridos na rápida convivência que tivera com os mestres franceses da USP, à cidade de São Paulo. Veremos laivos desse conhecimento nas várias passagens de *Formação* que tangenciam a situação e a posição

¹⁵ M. M. Deaecto, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)* (São Paulo, Senac, 2000).

da capitania de São Paulo. Ele explicou que o povoamento a partir de São Paulo deu-se por linhas que penetraram o interior e que irradiaram precisamente da capital pelos rios, do qual o Tietê é o mais importante, e não por contigüidade e por anéis concêntricos¹⁶, como no caso do povoamento do Nordeste brasileiro, promovido pela pecuária¹⁷. Os bandeirantes foram mais desbravadores do que povoadores.

Mas o que nos importa aqui é apanhar o historiador em sua oficina. Em 1933 ele se mostrava um analista político que usava a história como ilustração construída com base numa bibliografia estabelecida; agora ele procurava apoiar-se em relatórios de governo, leis, relatos de viajantes, atas de câmaras e outros documentos primários.

Por muitos anos a historiografia acentuou apenas o isolamento da Vila de São Paulo, seu caráter sobranceiro e ensimesmado, “república de per si”¹⁸, como dizia o governador-geral Câmara Coutinho. Embora o afastamento de São Paulo da metrópole portuguesa e das áreas de maior dinamismo colonial tenha se verificado, houve processos de mercantilização que submeteram São Paulo ao sentido da colonização¹⁹.

Por isso não podemos exagerar a “independência” da Capitania de São Vicente, depois Capitania de São Paulo, e de sua sede ou futura capital. Sua função comercial adstrita às necessidades metropolitanas e o gravoso papel que isso representava, a saber, a dissociação contínua entre produção e

¹⁶ C. Prado Júnior, “Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo”, em *Evolução política do Brasil e outros estudos* (4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1963), p. 119.

¹⁷ *Formação do Brasil contemporâneo* (São Paulo, Martins, 1942), p. 55.

¹⁸ Apud P. Prado, “Pires e Camargos”, em *Província e nação: paulística: retrato do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1972), p. 66. Fato que também seria acentuado pelo viajante espanhol Francisco Coreal.

¹⁹ Ver I. Blaj, *A trama das tensões: o progresso de mercantilização de São Paulo colonial, 1681/1721* (São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2002).

mercado consumidor (aquela interna; este externo), faziam mesmo de São Paulo região periférica e excêntrica, mas desejosa e, de alguma forma, articulada à economia mundial: “Mesmo nesse atraso relativo de São Vicente se verifica o papel determinante e decisivo na função econômica essencial da colonização”²⁰, como disse Caio Prado Júnior. Ele foi um dos primeiros a acentuar o caráter de ponto de cruzamento de rotas geográficas e comerciais de São Paulo. Jaime Cortesão também acentuou a importante posição de São Paulo, como “centro de irradiação” para regiões e climas tão díspares, o que chegou a fazer de São Paulo ponto estratégico para toda a bacia do Prata²¹.

Sobre o caso específico de São Paulo, veja-se o que disse Caio Prado Júnior:

A superioridade do sítio de S. Paulo é incontestável, e é provável que os jesuítas o tivessem escolhido justamente por isso. Em primeiro lugar com relação à defesa contra as ameaças e ataques do genito; circunstância importantíssima, primordial, nas condições da época e que não passaria por certo despercebida ao observador de então. A aldeia jesuítica possuía a este respeito uma posição estratégica esplêndida. Ocupava no alto de uma colina – onde hoje está o Largo do Palácio ou Pátio do Colégio – um sítio naturalmente defendido por escarpas abruptas e acessível por um lado apenas.²²

Esse lado, a que se refere o historiador paulista, é aquele formado pelo promontório que desce na direção da rua 25 de

²⁰ C. Prado Júnior, *História e desenvolvimento* (2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1988), p. 62.

²¹ J. Cortezão, *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil* (Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955), p. 123.

²² C. Prado Júnior, “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”, em *Evolução política do Brasil e outros estudos*, cit., p. 103. Este artigo foi escrito a convite de Pierre Monbeig. Cf. S. Bacellar, “Uma breve discussão em torno do urbano em Caio Prado Júnior”, *Comunicação*, n. 1, 1º Simpósio Nacional o Rural e o Urbano Brasil, São Paulo, 8 e 9/12/2006.

Março, onde antes serpenteava a calha do rio Tamandateí (retificado que seria só no século XIX). Outro fato a considerar é que, para ele, a curta distância entre a serra e o oceano na altura de Santos (latitude 24°) determinou o rápido povoamento do planalto de Piratininga, apesar das escarpas abruptas que Anchieta teve de superar. Tal dedução ele retirou diretamente das fontes primárias, por exemplo as Atas da Câmara Municipal. Estas asseveravam a superioridade “econômica” e estratégica da Vila de São Paulo do Campo, “edificada doze leguas pela terra dentro com muito trabalho longe do mar e das ditas vilas de São Vicente por quanto se não podião sustentar assim ao presente como pelo tempo haviãte porquanto ao longo do mar se não podião dar os mantimentos para sustentamto das ditas vilas engenhos nem haverem pastos em quem podessem paser ho muito gado vacuum que há na dita vila e quapitania”²³. Vemos que o escrivão da Câmara já acentuava a estreiteza do litoral e a dificuldade que esta gerava para as atividades de sustento dos colonos (agricultura e pecuária). Ora, segundo Caio Prado Júnior, na “altura de S. Vicente e Santos o mar não dista da base da serra senão 15 quilômetros. E mesmo este acanhado espaço é em grande parte inaproveitável para o homem sem trabalhos preliminares vultosos”²⁴.

O historiador paulista mobilizava seus conhecimentos adquiridos na Seção de História e Geografia da USP para empreender uma geoistória de São Paulo.

O respeito às fontes transparecia em todas as suas preocupações. Em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna falava do “fausto espantoso” da aristocracia de Pernambuco e São Paulo na época colonial. Caio Prado Júnior anotou à margem:

²³ Atas da Câmara da Cidade de São Paulo (1562-1596), vol. I, 2. ed., 1967 (Ata de 12/5/1564).

²⁴ C. Prado Júnior, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, cit., p. 98.

“Isto já é delírio do autor... leiam os testamentos e inventários da época para verem em que consiste o ‘fausto espantos’”²⁵.

A história política

Em *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Júnior anuncia que “os nossos historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos [...] esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo de nossa história, de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior”. A primeira parte do livro, fiel a uma interpretação materialista da história (aliás, esse é o subtítulo da obra), revela os elementos materiais que definiram a forma de organização econômica do Brasil. Condenam-se o excessivo poder senhorial bem como sua atomização, advinda principalmente da articulação que há entre unidade econômica e núcleo familiar – através da casa-grande e do engenho²⁶ –, coisas que justificam,

na ordem política, um poder que de fato ofusca a própria soberania teórica da Coroa. Até meados do século XVII, pode-se afirmar que a autoridade desta somente se exerce efetivamente dentro dos estritos limites da sede do governo geral [...]. Via-se por isso uma administração colonial desarmada, a braços com a turbulência e arrogância dos colonos. Como alcançar através de tão extenso território estes vassallos desobedientes, que, isolados nos seus domínios e cercados de sua gente, não trepidavam em receber com sua força os funcionários da Coroa acaso mandados para refrear-lhes os excessos e desmandos sem conta?²⁷

²⁵ F. J. Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil* (2. ed, São Paulo, Monteiro Lobato, 1922). Exemplar da biblioteca de Caio Prado Júnior (IEB-USP).

²⁶ M. M. Deaecto, “Itinerário de leitura de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior”, *Espaço Acadêmico*, n. 70, mar. 2007.

²⁷ C. Prado Júnior, *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira*, cit., p. 49.

Dando ênfase à idéia de revolução e às lutas regenciais, podemos notar que o autor já possui uma idéia de revolução mais ou menos formada em 1933. A expressão, diga-se de passagem, tinha se tornado moeda corrente do discurso político do período que o historiador Edgard Carone chamou de “revoluções do Brasil contemporâneo” e que coincide bastante com as agitações tenentistas, iniciando-se em 1922. Caio Prado Júnior antecipa, parcialmente, é verdade, uma visão processual de revolução que o acompanhará pelo resto da vida e que veremos mais aprofundada em 1966, em seu livro *A revolução brasileira*. Em primeiro lugar é sintomática a escolha da palavra “revolução” para a descrição do processo de emancipação nacional. Emancipação esta que é profundamente maculada pela persistência da escravidão e da adoção de um liberalismo de fachada que encobria relações passadas com a capa de uma ideologia importada. Isso fica patente na análise que o autor faz do texto produzido pela Assembléia Constituinte de 1823. A revolução não é, portanto, um ato insurrecional. É um processo que se inicia em 1808, data de nossa verdadeira emancipação parcial, posto que representou a quebra do exclusivo colonial, do pacto que nos mantinha atados à condição colonial. Naquelas condições, as tarefas possíveis de uma classe dirigente escravista reduziam-se à ruptura do pacto com Portugal. E isso se consolidaria em 1831, com a abdicação de D. Pedro I e a adoção de uma Regência.

O período regencial mostraria que nem as classes dominantes estariam maduras para uma forma republicana permanente, nem as classes populares tinham condições de romper a nova estrutura. Caio Prado Júnior, comunista e já leitor de *O 18 brumário*, de Marx (obra cuja influência transparece no livro *Evolução política do Brasil*), dá destaque às lutas regenciais, mas projeta nelas sua visão comunista e nelas enxerga, por trás do ímpeto difuso e desordenado, a ausência de um programa político e de uma direção política. É como se tentasse uma aproximação da história pela ótica do partido comunista. A obra seria mais tarde traduzida para o espanhol (*Evolucion política*

del Brasil y otros estudios, Buenos Aires, 1964, Colección Nuestro Tiempo).

Esse pequeno livro foi custeado pelo autor e teve pouca repercussão, mas a segunda edição de 1947 esgotou-se rapidamente. Nessa edição o autor trocou a expressão “ensaio de interpretação materialista” do subtítulo por “ensaio de interpretação dialética”. E nas edições posteriores a obra adquiriu o título *Evolução política do Brasil e outros estudos*.

Menos de três anos depois da publicação de seu livro de estréia, Caio Prado Júnior foi preso, como já vimos no primeiro capítulo. E a partir daí ele se dedicou a uma série de estudos registrados em manuscritos essenciais como *Zonas tropicais da América*, *Decadência do pacto colonial* e outros referidos anteriormente. Alguns foram feitos no exílio. Mas chama a atenção um texto de 1937 que consta de várias folhas manuscritas coladas nos seus diários políticos. Trata-se de uma análise do sistema político que caía diante de seus olhos tendo como ponto de partida a Revolução de Outubro de 1930. Espanta o poder de síntese de uma história longe de ser meramente factual. Também aqui, ele não concebia a revolução como um ato ou conjunto de ações realizadas num momento preciso. Como repetiria em toda a sua vida, a revolução era um processo. Concepção de revolução que ele julgava adequada a um país conservador em sua essência, avesso a mudanças e, depois dos anos 1920, “educado” num anticomunismo ferrenho²⁸. O texto revelava um amadurecimento do autor que transitava da história política à história econômica.

No caso em tela tratava-se de um processo que abrangia o período 1930-1937. Para ele, novembro de 1937, quando surgiu o Estado Novo, era o “epílogo de uma revolução”. Mas no

²⁸ Como disse Fábio Konder Comparato, “o povo brasileiro, em todos os segmentos, é conservador. Não tem nenhuma atração pela revolta e, menos ainda, pela revolução” (F. K. Comparato, “Um plano de vôo para o país”, *O Estado de S. Paulo*, 29/7/2007).

texto manuscrito, feito nos últimos momentos de sua prisão (ele já estava prestes a ser liberto), há um recuo para o estudo da estrutura da Primeira República. Ele falava não só com o conhecimento dos livros, mas da convivência com políticos grados daquele tempo, pessoas de sua família ou do círculo de amizade e influência dela.

Caio Prado Júnior começava sua análise do sistema político daquele tempo com uma geografia das oligarquias regionais, como Edgard Carone²⁹ o faria mais tarde nos seus clássicos sobre a República Velha. O Norte, o Nordeste, os “semidesertos” de Goiás, Mato Grosso e, no Sul, os estados de Paraná e Santa Catarina, tinham classes dominantes estreitas e limitadas (às vezes uma só família no poder com seus agregados). Ali a política era “a antecâmara da administração, isto é, dos cargos burocráticos e dos privilégios”, escrevia ele. Ocorre que a descentralização federativa tinha aparelhado essas oligarquias com instrumentos de tributação e de coação estatal, pois dera maior poder e autonomia aos estados.

Bahia e Rio de Janeiro apresentavam traços idênticos àquelas regiões, porém mitigados e atenuados. O Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais se individualizavam naquela constelação política. Aquele porque contava com uma ideologia positivista e uma autonomia de pensamento e prática política acentuada pelo seu caráter geográfico excêntrico. E São Paulo e Minas Gerais, pela prosperidade material e por terem uma oligarquia integrada diretamente aos mercados mundiais (especialmente a paulista). Este era o mundo que começou a desagregar em 1930.

²⁹ Como me informou sua ex-aluna, a historiadora Marisa Midori Deaecto, Edgard Carone conhecia e muito bem Caio Prado Júnior, e tinha por ele uma rara admiração sem nenhum reparo. Esse texto de Caio Prado Júnior merecia uma publicação, pois, depois dos clássicos livros de Edgard Carone, a historiografia sobre a Primeira República se reorientou para temas do cotidiano ou para abordagens parciais, perdendo o caráter de totalidade em que Carone foi pioneiro. Caio Prado Júnior tinha abordagem semelhante.

A história econômica

Até sua prisão em 1970, podemos dizer que *História econômica do Brasil* teve tanto “sucesso” editorial quanto o livro *Formação do Brasil contemporâneo*; em parte porque o texto resumia as contribuições deste e ainda alcançava os “dias atuais”, traçando diretrizes para a compreensão da conjuntura do pós-guerra. Isso tudo pode ser aferido pelo número de edições. Enquanto *Formação*, sua obra mais valorizada pelos meios universitários, teve onze edições até 1971, sua *História econômica* teve treze edições, tendo sido lançada depois³⁰. E, mesmo em 2004, o livro já tinha 46 edições. *Evolução política do Brasil e outros estudos* teve nove edições até 1971, se incluímos as duas primeiras edições em que não se agregavam os “outros estudos”.

Formação do Brasil contemporâneo foi publicado em 1942 pela editora Martins³¹. Teve alguma aceitação no limitado público leitor de obras daquele vulto. O autor participava de entrevistas e palestras e autografava o livro, e a obra acabou por ter uma segunda edição em 1945. Junto com *História econômica do Brasil* (1945), ela lhe abriu as portas do universo do prestígio intelectual bem além das fileiras comunistas. O livro seria saudado em resenhas de jornal (por exemplo, por Rubem Braga e Sérgio Milliet)³²; ele seria convidado para entrevistas e palestras sobre temas econômicos e da reforma agrária e, sobretudo, seria citado nas teses que se produziam na USP ou em livros de autores não-comunistas como Sergio Buarque de Holanda (que o cita já em *Monções* em 1945) e que tinham até mesmo sido integralistas, como foi o caso de Ernani Silva

³⁰ Esta obra foi traduzida para o espanhol (trad. H. J. Barroso, Buenos Aires, Futuro, 1960).

³¹ Este livro foi mais tarde traduzido para o inglês: *The Colonial Background of Modern Brazil* (Berkeley, University of California, 1969).

³² S. Milliet, “Uma grande promessa”, *A Noite*, 5/11/1942.

Bruno, em sua *História e tradições da cidade de São Paulo*. Até mesmo Fernand Braudel escreveu um artigo nos *Annales* sobre as duas obras de Caio Prado Júnior³³. Em 1954, uma publicação dizia que: “Excetuado o sr. Caio Prado Júnior não há no Brasil nenhum comunista [...] que tenha publicado qualquer obra realmente valiosa”³⁴.

Não era verdade que Caio Prado fosse o único comunista a ter publicado obras significativas. Por mais que não se aceite a leitura de Nelson Werneck Sodré acerca de nossa história, não seria justo considerar sua obra insignificante.

Embora se sabendo importante nos meios intelectuais, consta ainda que Caio Prado Júnior sentiu-se desprestigiado por Celso Furtado não tê-lo citado em seu livro de 1959: *Formação econômica do Brasil*. Ele chegou a criticar, aparentemente apenas por outros motivos, o plano de reforma agrária de Celso Furtado e reduziu a obra dele a uma interpretação “sobretudo monetária” da história econômica brasileira (conforme consta da bibliografia comentada de *História econômica do Brasil*). Mas, na verdade, Celso Furtado citou Caio Prado Júnior na sua tese de doutorado de 1948, a qual só seria publicada em português em 2001³⁵. Parece que Caio Prado Júnior não tinha uma boa imagem dos escritos e da atuação de Celso Furtado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Embora reconhecesse nele um economista de porte, não gostou do plano de reforma agrária da Sudene³⁶. Discordava de muitas teses de Celso Furtado. Num exemplar de 1966 de uma revista, conservado em seu

³³ F. Braudel, “Dois livros de Caio Prado”, *Praga*, n. 8, 1999 (trad. P. H. Martinez e B. Ricupero).

³⁴ *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, 1954, p. 123.

³⁵ T. Szmercsányi. “Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil”, *Nova Economia*, v. 14, n. 1, jan.-abr. 2004, p. 11-37.

³⁶ C. Prado Júnior, *A questão agrária no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1979), p. 18.

acervo pessoal, ele anotou acerca de um artigo de Julio Martins que esse articulista exibia “a tese clássica e tradicional do PCB reajustada de acordo com a concepção apologética do capitalismo no Brasil, segundo as idéias de Celso Furtado”³⁷. E sobre uma cópia de um artigo de Furtado ele escreveu com desdém ao lado de uma frase grifada: “é a única afirmação deste artigo que tem sentido concreto”³⁸.

Apesar de a obra de 1942 ser uma tentativa de abarcar muitos aspectos (geográficos, sociais, políticos e econômicos) da vida colonial, tratava-se de um ensaio no âmbito da história econômica. E isso se evidenciaria na obra seguinte cujo título já revela a pretensão de se inserir nessa seara onde praticamente nada havia antes.

A história econômica era uma disciplina quase ausente em nossos meios intelectuais. Havia histórias orçamentárias, administrativas, comerciais ou monetárias (tentadas por autores como Calógeras, Max Fleiuss etc.), sem que ninguém se atrevesse a tratar da economia como uma totalidade de relações de produção, distribuição, circulação etc. Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna haviam se dedicado a aspectos econômicos da época colonial, mas de maneira marginal em suas obras principais.

Na fase colonial os nomes de Azeredo Coutinho, André João Antonil, Arruda Câmara, José da Silva Lisboa e outros constituíram o que a tradicional história do pensamento econômico brasileiro chamou de nossos primeiros economistas. Mas, então, o Brasil não possuía autonomia. No fim do período imperial, Liberato de Castro Carreira foi um dos pioneiros na narrativa e descrição da evolução orçamentária

³⁷ *Mosaico*, n. 3, ago. 1966. Arquivo do IEB-USP, Fundo Caio Prado Júnior, caixa 4.

³⁸ C. Furtado, “Brasil: de la República oligárquica al estado militar”, *Política*, Caracas, v. VI, n. 68, dez. 1967. Arquivo do IEB-USP, Fundo Caio Prado Júnior, caixa 4.

ria do Brasil³⁹. Seus temas eram os balanços, direitos de importação e exportação, a dívida pública (interna e externa), taxa cambial, sociedades anônimas que se formaram no século XIX etc. Seu livro assemelha-se mais a uma resenha descritiva da coleção de leis e dos anais parlamentares da época do que a uma *história* propriamente dita.

No final do século XIX e nos dois primeiros decênios do século XX, surgiram histórias monetárias do país, sendo Amaro Cavalcanti um pioneiro, para não citar trabalhos mais circunstanciais de Mauá e Rui Barbosa. Um estudo mais substancial, o de Calógeras⁴⁰, precedeu um pequeno livro de Ramalho Ortigão, de 148 páginas⁴¹, sobre a moeda nacional. Também trabalhos sobre história financeira, como o de Leopoldo Bulhões, publicado em 1914 pelo *Jornal do Commercio*, apareceram. Nesse ano também se publicou o I Congresso de História Nacional, cuja sexta seção de seus anais, editada em 1916, referia-se à história econômica.

Somente nos anos 1920 e 1930 surgiram aquelas primeiras obras que merecem, realmente, o título de “história econômica”. Em 1922, um pequeno esboço de Victor Vianna tratou do tema⁴². A única obra de relevo maior foi a de Lemos Brito, com seus *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, publicada em 1923, na qual historiou os aspectos gerais da economia brasileira⁴³. João Frederico Normano também fez uma importante

³⁹ L. Castro Carreira, *História financeira e orçamentária do Império do Brasil* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889).

⁴⁰ J. P. Calógeras, *La politique monétaire du Brésil* (Rio de Janeiro, Imprimerie Nationale, 1910).

⁴¹ J. D. Ramalho Ortigão, *A moeda circulante do Brasil* (Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1914).

⁴² V. Vianna, *Histórico da formação econômica do Brasil* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922).

⁴³ J. G. L. Brito, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil* (3. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980).

obra: *Evolução econômica do Brasil*, publicada em 1935, nos Estados Unidos (só viria a ser editada em português em 1938).

Em 1933, foi fundada a Escola de Sociologia de São Paulo, e Simonsen foi professor dela, lecionando História do Brasil. Caio Prado Júnior guardou consigo o programa daquele curso. As aulas constituíram o material básico para a publicação, em 1937, da *História econômica do Brasil* (1937). Obra de fôlego, primeira a dar uma explicação racional e sistemática para aquilo que, antes dele, ainda era um amontoado de dados estatísticos e fatos de menor importância, sem unidade. Simonsen elevou a história do Brasil a um novo patamar, superando a história *événementielle*, mero agregado de fatos desconexos.

Com sua erudição fantástica, leitor de Marx e Sombart, entre tantos outros teóricos, Simonsen explicou, pela primeira vez, a nossa história econômica de acordo com seus principais ciclos de exportação. Numa economia periférica e colonizada, os seus ritmos fundamentais não poderiam ser buscados apenas em fatores endógenos, mas nas oscilações do mercado mundial e na política econômica definida na metrópole lusitana.

Essa teoria dos ciclos, herdada de João Lúcio de Azevedo, o grande historiador português das *Épocas de Portugal econômico* (1928)⁴⁴, e de outros teóricos, encontrou em Simonsen seu intérprete brasileiro mais importante, e ela foi vital para que Caio Prado Júnior pudesse se enveredar no mesmo caminho sob uma ótica ainda mais inovadora: a marxista (embora ele considerasse a obra de Simonsen um “trabalho sobretudo informativo”, como escreveu na bibliografia de seu livro de 1945). Também João Frederico Normano expôs a teoria dos ciclos, mostrando a evolução econômica do Brasil com base na predominância dos produtos principais de exportação: açúcar, ouro, borracha, café (além do fumo e do

⁴⁴ J. L. Azevedo, *Épocas de Portugal econômico* (3. ed., Lisboa, A. M. Teixeira, 1973).

algodão). Ele chamou a isso “a permanente mudança dos produtos principais”⁴⁵.

Em vez de tomar os ciclos como indicadores de épocas econômicas, Caio Prado Júnior descobriu neles as manifestações fenomênicas de “uma realidade permanente e imanente – a estrutura exportadora da economia colonial”⁴⁶.

A obra pioneira de 1942 foi um marco na historiografia porque descobriu o sentido de nossa colonização, a saber: o país está estruturado para atender às necessidades externas, e não para alimentar seu mercado interno. Todo o aparelho produtivo foi montado visando abastecer os mercados do Velho Mundo com uma pauta pequena de produtos tropicais de exportação. As atividades que escapam a esse objetivo são somente “acessórias”, necessárias apenas na medida em que ajudam e permitem a reprodução da atividade essencial: a exportação. Produção e consumo aparecem geograficamente desarticulados (uma interna e outro externo), e a ausência de um “largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado” mostra que ainda em 1942 o Brasil não tinha passado de uma economia colonial para uma economia nacional. Eis um traço marcante da visão do autor: o Brasil ainda é, em 1942, economicamente, uma colônia. E continuaria sendo assim ao longo do século XX. Por isso, fazia sentido ao intelectual comunista criticar a realidade brasileira a partir do passado colonial, pois não era tão passado assim. Para ele, o Brasil exibia seu passado numa simples viagem pelo território.

Essa leitura do passado não é feita com interesse acadêmico, mas “para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa”⁴⁷. Com esse objetivo, o autor parte do

⁴⁵ J. Normano, *Evolução econômica do Brasil* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975), p. 36.

⁴⁶ J. Gorender, *Escravidão colonial* (São Paulo, Ática, 1988), p. 3.

⁴⁷ C. Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, cit. O exemplar aqui usado, encontrado num sebo, traz a dedicatória ao médico da ANL, José Maria Gomes: “Ao velho companheiro José Maria Gomes, com a grande

fim do século XVIII como síntese. Os fatos históricos, longe de serem sacrificados, são vistos como “expressão externa” ou “fermento propulsor” dos processos estruturais condicionantes.

Cabe mencionar que idéias fundamentais dessa obra nasceram no cárcere. No texto *Zonas tropicais da América*, escrito no Hospital Militar da Força Pública, em 11 de julho de 1936, já aparecia a idéia de que “o mundo tropical continua a figurar no plano internacional como complemento da economia dos países temperados”. Ele considerava que

a América Latina se povoa não de cidadãos, mas de senhores e escravos; as colônias que nela se organizam não aparecem para formar nacionalidades, para viver para si, mas sim para os outros. Administradores e trabalhadores: é nisto que vai consistir a sua população. Como consequência fatal teremos a grande concentração da riqueza: é a pequena minoria dirigente que açambarca tudo. A grande massa da população, destinada unicamente a trabalhar, não pode pretender ao consumo senão no mínimo exigido para sua conservação.⁴⁸

O Brasil é, assim, fruto de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais do território. Esse é o sentido da colonização nos trópicos, diferente da colonização do clima temperado. Caio Prado aqui parte da classificação de Leroy-Beaulieu, que fixara os tipos de colônia de exploração e de povoamento⁴⁹. Na colônia de exploração, portanto, o próprio povoamento é ralo, disperso e difícil, e se mantém em núcleos distantes uns dos outros e sem articulações internas. Um ilhamento cultural, como diria Viana Moog em outro registro. Ora, a manifestação aleatória dos ciclos econômicos em fases distintas e em diversas partes do território fez que o po-

amizade e admiração do Caio Prado, janeiro, 1943”. Todas as citações serão dessa edição.

⁴⁸ Arquivo do IEB-USP, Fundo Caio Prado Júnior, caixa 1.

⁴⁹ P. Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes* (Paris, Guillaumin et Cie., Libraires, 1882).

voamento se desse em função das demandas da metrópole ou dos países do centro do sistema econômico.

Aqui cabe um parêntese sobre a polêmica acerca do determinismo geográfico. Caio Prado Júnior associa claramente a grande propriedade e a monocultura ao clima tropical. Numa nota manuscrita na margem de um exemplar da quarta edição, Jacob Gorender anotou corretamente que no Brasil a pequena propriedade também se expandiu na zona semitemperada. “A questão é que aqui, como nos Estados Unidos, tratava-se de zona imprópria para a plantação tropical de estrutura latifundiária. Os aspectos gerais se conjugam ao econômico, que é o decisivo. Nas Antilhas a pequena propriedade também se instalou inicialmente, sendo abandonada com a chegada da grande plantação”. Ora, para Caio Prado Júnior “a influência dos fatores naturais” é que discrimina os tipos agrários, mesmo quando a intenção dos colonos é outra. Assim, acima da bacia de Delaware, a pequena propriedade dominaria. Gorender anota a esse respeito o seguinte: “A influência é do fator econômico, que escolhe o seu meio geográfico. As zonas temperadas, não interessando ao latifundismo, porque não podiam produzir artigos tropicais, eram deixadas como sobra à pequena propriedade. Assim, o que acabou com a pequena propriedade não foi o clima, porém o latifúndio açucareiro”.

Parece que Caio Prado Júnior estava muito mais propenso, dado o padrão de marxismo de sua época, a aceitar um determinismo geográfico do que um determinismo econômico. E isso porque estava mais próximo da geografia humana, na qual tal determinismo, mesmo atenuado pelo papel do homem como construtor do espaço, era vigente na forma do que o historiador Lucien Febvre, na esteira de Paul Vidal de La Blache, chamou de *possibilismo*⁵⁰ (“A natureza propõe, o homem dispõe”).

⁵⁰ L. Febvre, *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire* (Paris, La Renaissance du Livre, 1922).

Toda a obra apresenta seus elementos em razão desse sentido de nossa colonização: a vida material, economia, grande lavoura, agricultura de subsistência, mineração, pecuária, produções extrativas, artes e indústria, comércio, vias de comunicação e transporte estão estruturados em função do exterior e submetidos ao caráter cíclico (embora a pecuária tenha estruturação mais permanente, o que escapa um pouco ao esquema geral do autor). E, dessa vida material, assim ordenada, resulta uma vida social de baixa organicidade, uma administração parcamente montada e uma vida política pobre.

A administração do Brasil não conseguiu assim superar a separação necessária entre suas relações externas, reguladas no direito, e suas convicções de foro íntimo, reguladas pela religião. A própria divisão entre direito público e privado não pode ser entendida segundo os postulados das ciências jurídicas modernas no caso brasileiro.

A tragédia daquela sociedade é que seu único setor organizado e que mantém nexos éticos mínimos que permitem a estruturação e continuidade da vida social é a escravidão. E, embora ele se tenha utilizado da expressão “raças inferiores” para falar da dominação que os portugueses exerceram sobre indígenas e africanos, em nenhum momento essa expressão pode ser entendida como manifestação racista do autor, embora alguns historiadores tivessem afirmado isso posteriormente. Era de uso corrente até os anos 1930 (quicá depois) a palavra *inferior* para se referir a uma posição subalterna na hierarquia econômica, cultural, social ou étnica. Mas as razões da subalternidade variavam em cada autor. Num manuscrito de 1937 sobre a Revolução Francesa, Caio Prado Júnior se identifica com o chamado povo francês, mas o chama de “classes inferiores”. Aqui é evidente que ele não estava considerando o povo naturalmente inferior, mas como uma camada que, embora situada em condição inferior na sociedade, deveria assumir a condição superior.

Se ele (ou qualquer historiador) era racista ou não, isso pertence à sua intimidade e é uma questão indevassável. Só podemos julgá-lo pelo que escreveu. Em sua obra, Caio Prado Júnior assumiu uma posição de condenação explícita do racismo, acentuando que era preciso separar o negro do escravo, embora se confundissem na mesma pessoa⁵¹. Para ele, outra teria sido a contribuição do negro se lhe tivessem permitido “oportunidades para o desenvolvimento de suas aptidões naturais”. Mesmo na área das relações sexuais, observava que a mulher escrava fora usada sexualmente pelos seus donos brancos num “nível primário e puramente animal”, sem que os atos pudessem atingir a “esfera propriamente humana do amor”. Não há relações sociais civilizadas de nível superior na Colônia.

Ainda assim, tudo que de mais importante, rotineiro e continuado se fazia era na esfera da escravidão. O que escapava ao sentido da colonização era inorgânico e dizia respeito à parte da população que vegetava nas misérias cíclicas, premida pelo desabastecimento constante e vítima e algoz dos outros pobres. Falta denexo moral e pobreza de vínculos sociais conformaram uma sociedade marcada pela desagregação e pela inércia, reproduzida apenas pela estabilidade garantida pelos laços primários e baixos que mantiveram uma organização mínima destinada à manutenção do aparato produtivo principal. O resto é economia de subsistência, desaparelhada e inerte.

O trabalho, deixado para os escravos, será visto com baixíssimo conceito, e o conjunto da população livre sempre tenderá à indolência, ao ócio e a uma “geral moleza”⁵².

A indolência, que, na linha de Paulo Prado e tantos outros autores, ele encontrou no indígena e que dava ao Brasil uma

⁵¹ C. Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, cit., p. 342.

⁵² *Ibidem*, p. 346.

imagem de ser dominado por um “vírus generalizado de preguiça e moleza”, não era fruto de uma condição racial, mas de indiferença, quando não de hostilidade do índio a uma “civilização que se lhe impôs”. É a atitude de um revoltado. Dessa forma, a própria independência do Brasil, não sendo mero fruto da ação das classes sociais, é mais o resultado do esgotamento de uma estrutura. A colônia era estreita demais para conter em seu seio as forças de desagregação que ela mesma criara. Seu aparelho produtivo não suportava o próprio crescimento de novos setores da população que não eram escravos nem senhores e que se mantinham ligados a atividades esporádicas, marginais em relação ao sistema. Esse movimento de apreensão do marginal, do inorgânico, é o da lenta afirmação sempre inconclusa da economia nacional. É em *História econômica do Brasil* que Caio Prado avançará essa leitura pelos períodos imperial e republicano.

A questão do método

Antes de tudo, é necessário não cometer anacronismos exacerbados. O método em Caio Prado, conforme formalizado em seus livros a partir dos anos 1950, não estava pronto e acabou nos anos 1940. Ele não formalizou um método para aplicá-lo à história. Ao contrário, adaptou um método e por intermédio dele foi à história concreta para empreender a viagem de retorno e elaborar uma formalização científica.

Não encontramos com facilidade em Caio Prado Júnior expressões como “o Brasil era capitalista” ou “vigorava no Brasil o modo de produção...”. Nem mesmo ele procurava desvendar “leis” de funcionamento do modo de produção capitalista periférico. O escasso uso de categorias marxistas nos seus textos sobre a nossa história causava incompreensão e, às vezes, uma “cobrança”, uma vez que ele era reconhecidamente um marxista militante. Essa preocupação dos marxistas brasi-

leiros, de resto ausente nele, se explicava pelo caráter de cópia ou de aplicação mecânica de conceitos marxistas não como instrumentos plenos de densidade histórica, mas como categorias válidas para qualquer análise da realidade.

O que importava a ele era o fato de que as formas de produção aqui instaladas obedeciam ao único objetivo de abastecer os mercados dos países europeus com alguns gêneros primários. Tudo o mais se subordinava a isso. A própria população, entendida como simples parte do mecanismo de produção para exportação, vivia em permanente desassossego diante das fomes que grassavam ciclicamente na colônia, pois a produção para o consumo interno era apenas uma atividade acessória e secundária que encolhia quando o mercado mundial exigia ou demandava maior esforço de produção dos bens de exportação.

Se for assim, não era coerente deslocar sua atenção para a investigação detalhada das formas de produção e das relações de produção escravistas. Por isso “a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia”⁵³, como ele escreveu em 1942. Os seus críticos chamaram isso de “circulacionismo”⁵⁴ e não atentaram para o fato de que, na periferia, o estudo da esfera da distribuição é que conduz à totalidade. Isso porque o dinamismo do modo de produção está no centro do sistema e é este que dita a lógica de reprodução global sistêmica ou, nas palavras de Caio Prado

⁵³ C. Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, cit., p. 226.

⁵⁴ Esta foi a tônica da crítica a Caio Prado Júnior a partir dos anos 1970, quando se deixou de sustentar um passado feudal no Brasil, mas a crítica se deslocou para a ausência da caracterização de um modo de produção interno ou, de forma mais generalizada, para a suposta desatenção à dinâmica interna da colônia. Para uma leitura do início do século XXI nesse sentido e na área do Partido Comunista do Brasil, ver J. Veloso, “Caio Prado Júnior: 100 anos”, *Princípios*, São Paulo, n. 90, 2007.

Júnior, dá o “sentido da colonização”. As áreas colonizadas, por definição, não são nacionais (mesmo no colonialismo indireto a partir do fim do pacto colonial), não possuem um modo de produção autônomo; logo, por que partir da estrutura produtiva delas para explicar o todo?⁵⁵

Para Marx, comércio, transporte, rotas e espaços são, assim, atividades que também reproduzem a vida colonial em escala mundial. O comércio põe em movimento “novas potências” da produção, independentemente do volume ou eficácia do capital investido. Na época do chamado capitalismo comercial houve acumulação pelo comércio de longa distância que se apropriava de mais-valia gerada nos extremos (ou periferias). Ou seja, a América portuguesa só podia ser entendida nesse vasto mecanismo de acumulação mundial de capital.

Caio Prado Júnior inovou a abordagem da realidade brasileira porque a situou primeiro no quadro mais geral do comércio europeu. Não podia e não devia, portanto, dar atenção às formas de produção escravistas como se elas fossem o alfa e o ômega do processo de acumulação, pois esse processo se dá em escala mundial, e não nacional ou local. A circulação, portanto, condiciona o processo de produção global do capitalismo mundial. Sem o mercado de mercadorias mundial não poderia haver a produção capitalista nos trópicos⁵⁶.

O capitalismo, essa fina camada que articula, monopoliza e diversifica investimentos em escala mundial, apropria-se de diferentes formas de produção sem considerá-las em sua especificidade. Como o viajante fatigado ou o “visitante da

noite” (Braudel), ele chega e encontra “a mesa posta” e cada coisa em seu lugar, podendo parasitar as economias existentes em diferentes escalas.

Ora, Caio Prado Júnior só pode entender a lógica de funcionamento da economia colonial submetida à lógica da acumulação mundial e, nesta, as formas de produção da colônia são dominadas pela esfera do capital comercial europeu.

Seu percurso deduz do “sentido da colonização” tudo que compõe a economia colonial e suas articulações externas, incluindo aspectos demográficos, povoamento, alimentação, formas de produção, crises etc. Parece teleologia, ou seja, a atribuição de uma finalidade última a todos os fatos históricos, como se eles já estivessem, *a priori*, destinados a seguir determinada direção. Mas não é⁵⁷.

Como Marx, ele pretendia, mediante um método que julgava científico, ultrapassar o nível do pensamento como representação dos dados imediatos e abarcar o pensamento como conceito, assim o sentido da colonização não é uma teleologia, um destino manifesto, mas um resultado de uma investigação histórica, algo concreto. Muitos críticos sustentaram que se tratava de uma categoria idealista, quando para o autor se tratava de um resultado. Todavia, a obra de Caio Prado Júnior, por ser uma investigação histórica, precisa diferir daquela de Marx. A descrição formal de fenômenos econômicos é apresentada por Marx na sua “pureza conceptual”, enquanto Caio Prado Júnior não se preocupa em desenvolver conceitualmente

⁵⁵ Não que não seja importante descrever os processos de produção coloniais e sua estrutura mercantil interna limitada, como Frágnals e Gorender o fizeram muito bem.

⁵⁶ É evidente que na origem rotinizada do capital industrial, o dinheiro acumulado que é novamente investido tem sua origem na própria produção de mais-valia. Mas Caio Prado Júnior tinha em vista a totalidade de relações sociais e econômicas do capitalismo mundial.

⁵⁷ “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção” (K. Marx, *O capital*, São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I, p. 20).

sua matéria nem em classificar a realidade que observa pelos documentos históricos.

O fundamento da obra está na inserção dessa totalidade num quadro geral, que é o capitalismo mundial. Esse é o ponto de partida (oculto) e o ponto de chegada, sendo a economia colonial um concreto empírico que perfaz a mediação entre o abstrato (capitalismo mundial destituído de concretude) e o concreto pensado (a economia mundial capitalista concreta no seu todo, incluindo a dinâmica europeia e seu “complemento” colonial). O estudo do capitalismo precisa passar pela “história” das economias “regionais” do sistema sem olvidar que, na verdade, não há uma história de uma economia regional ou nacional, somente a história do capitalismo como sistema mundial.

Nisso ele estava próximo da concepção de alguns historiadores que antes dele desejaram inserir a história brasileira no quadro geral da civilização ocidental e também de Fernand Braudel, que ampliara o estudo de Filipe II no século XVI para uma história do mar Mediterrâneo e de suas trocas num amplo conjunto geográfico e histórico: uma economia-mundo. Certamente, Braudel esperaria do livro de Caio Prado uma ousadia ainda maior: a de ampliar os quadros narrativo e descritivo para a economia atlântica como um todo. Mas Caio Prado Júnior ficou ao meio do caminho, deslocando seu olhar geográfico para as áreas de povoamento internas. E isso já lhe valeu a crítica oposta por parte de muitos intelectuais brasileiros: a de não dar o devido relevo ao mercado interno e às formas de produção internas, como veremos adiante.

A repartição do material do livro *Formação do Brasil contemporâneo* nos remete às temporalidades diversas da história de Braudel (que Caio Prado não conhecia ainda), como sustentou Paulo Henrique Martinez. Ele parte da vida material (no sentido de Braudel) e atinge a esfera das economias (que Caio Prado Júnior chama ele mesmo de vida material) bem

como a administração e a política, que aparecem misturadas à organização social.

A exposição retoma, como já se disse anteriormente, uma característica da obra de Capistrano de Abreu: adota o início do século XIX como momento crucial e de transição da colônia à nação (a qual nunca se constituiu plenamente). Já em 1933, o período que vai de 1808 a 1831 é definido como a Revolução da Independência. O início do século é um posto de observação para se fazer um balanço de três séculos de colonização. Esta termina, de fato, ainda que não de direito, com a transferência da corte portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas”.

Para o leitor do século XXI, muitas dessas posições perderam o sentido. Muito do que lemos nele parece como o ar que respiramos: imprescindível, mas nem o notamos, já que se tornou senso comum. Principalmente sua crítica ao “feudalismo brasileiro”, pois ninguém mais defende essa idéia. Em artigo no jornal *A Classe Operária*, Caio Prado advertia que só se admitia a expressão “feudalismo” no Brasil como forma de retórica⁵⁸, sem nenhuma correspondência na realidade concreta. Enfim, tais críticas perderam o sabor do pioneirismo e se tornaram consensuais⁵⁹. O mesmo se pode dizer de um autor muito menos celebrado, Roberto Simonsen, que defendeu explicitamente a idéia de um “capitalismo colonial” e popularizou no Brasil a teoria dos ciclos da nossa produção.

⁵⁸ C. Prado Júnior, “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”, *A Classe Operária*, 19/4/1947. Artigo criticado por Ivan Pedro Martins em outro artigo de *A Classe Operária*, citado mais adiante.

⁵⁹ Também o argentino Sergio Bagú defendeu essa idéia em 1949.